



SÉTIMO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO, PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A PROTESTO DE CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB/MG)

Processo nº: 01.142739.13.64

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, inscrito no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 18.715.383/0001-40, com sede na Capital Mineira, cuja prefeitura esta localizada na Avenida Afonso Pena, nº 1212, CEP 30.130-003, Centro, Belo Horizonte, MG, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor **Procurador Geral do Município de Belo Horizonte**, Castellar Modesto Guimarães Filho, presentes o Secretário Municipal de Fazenda, Sr. João Antônio Fleury Teixeira e o Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. André Abreu Reis e o **INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB-MG)**, **Organização da Sociedade Civil**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.411.629/0001-40, com sede na dos Timbiras, 1754, 11º andar, Lourdes, CEP 30.140-061, Belo Horizonte, MG, neste ato representado por seu presidente Leandro Santos Patrício, [REDACTED] CPF 001.705.086-33, [REDACTED] doravante denominado **IEPTB-MG**, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 16.746/17 e demais normas que regulamentam a espécie, **RESOLVEM** celebrar o presente Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de vigência do Acordo de Cooperação de regulamentação dos procedimentos a serem adotados na remessa a protesto das Certidões da Dívida Ativa (CDA's) do Município de Belo Horizonte, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência de 29/10/2020 a 28/10/2021 e a retificação do inciso XIX ao Subitem 4.1.2, todos da Cláusula Quarta do Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DO SEXTO TERMO ADITIVO

A Cláusula Quarta do Sexto Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação, em virtude de erro material, passa a ter a seguinte redação:

Considerando o aprimoramento dos serviços prestados pelo IEPTB-MG para operacionalização do envio a protesto de Certidões de Dívida Ativa, fica acrescido o inciso XIX ao subitem 4.1.2, com a seguinte redação:

"XIX. Disponibilizar, diretamente ou por meio dos Tabelionatos de Protesto e de Distribuição, consultas, informações, orientações, documentos de recolhimento e arrecadação municipal - DRAM e guias de custas e emolumentos cartoriais, em conjunto com o MUNICÍPIO, após a efetivação do protesto."



SÉTIMO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO, PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A PROTESTO DE CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB/MG)

Processo nº: 01.142739.13.64

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Instrumento original, bem como as disposições que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo Aditivo, renunciando as partes a qualquer outro a que, porventura, tenham ou possam vir a ter direito.

E, por estarem justas e acordadas a partes no início nomeadas e qualificadas, firmam o presente Termo Aditivo, em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 11 de Setembro de 2020.

André Abreu Reis
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

João Antônio Fleury Teixeira
Secretário Municipal de Fazenda

Castellar Modesto Guimarães Filho
Procurador-Geral do Município

Marius Keller Riani - BM 114.240-0
Procurador-Geral Adjunto

Leandro Santos Patrício
Presidente do IEPTB-MG
p.p Hermann Kraus

TESTEMUNHAS:

1)
GABRIELA VALENTINA

2)
Daniel Cordoso



PLANO DE TRABALHO

1- DADOS CADASTRAIS

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PROPONENTE

1- Nome Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Minas Gerais (IEPTB-MG)		2- CNPJ 11.411.629/0001-40	
3- Endereço Rua dos Timbiras, 1754, 11º andar, Bairro de Lourdes			
4- Cidade Belo Horizonte			
5- UF MG		6- CEP: 30.140-061	
8- DDD/Telefone(s) (031) 2519-0500	9- DDD/Fax (031) 2519-0500	10- DDD/Celular	
11- Nome do Responsável Leandro Santos Patrício		12- CPF 001.705.086-33	
13- CI / Órgão Expedidor [REDACTED]	14- Cargo Presidente		

2- DESCRIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

2.1 Objeto: Regulamentação dos procedimentos a serem adotados na remessa a protesto das Certidões da Dívida Ativa (CDA's) pelo MUNICÍPIO, nos termos do Decreto Municipal 15.304/2013, bem como da Lei Estadual 15424/2004 e respectivo regulamento, sendo a apresentação das CDA's a protesto se dará independentemente de prévio depósito de emolumentos, taxa judiciária e outras despesas, cujos valores serão pagos pelo devedor.

2.2 Metas a serem atingidas: distribuir todas as Certidões da Dívida Ativa (CDA's) emitidas pelo Município para os cartórios de Protesto de Títulos.

2.3 Metodologia: O MUNICÍPIO e o IEPTB/MG efetuarão os serviços objeto deste convênio, observando as especificações técnicas descritas no manual e layout de protesto de títulos; layout para desistências de protesto, nas versões vigentes disponíveis no site da FEBRABAN (www.febraban.org.br/Arquivo/Serviços).



3- ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

As remessas das CDA's, as comunicações e as transmissões inerentes ao procedimento de protesto se darão por meio de arquivos eletrônicos e seus respectivos documentos físicos, com indispensável segurança e o devido resguardo do sigilo das informações, e de forma centralizada, por intermédio da Central de Remessa de Arquivos Eletrônicos (CRA) do IEPTB/MG, a qual encaminhará ao Serviço de Distribuição de Belo Horizonte.

4- ÓRGÃO FISCAL/COORDENADOR DO PROJETO: PGM

5- GESTOR DO CONTRATO: Luiz Gustavo Levate

6- OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

6.1 Compete ao Município:

- I. Fornecer os dados aos tabelionatos de protesto de Belo Horizonte, cabendo a estes apenas, e tão somente, a análise dos caracteres formais extrínsecos e a instrumentalização dos documentos.
- II. Adotar todas as providências administrativas necessárias para evitar pedidos de desistências ou cancelamento de protestos em decorrência de remessa indevida.
- III. Nos casos em que houver necessidade de retirada ou cancelamento do protesto por remessa indevida de CDA's, no requerimento do MUNICÍPIO, este deverá fazer constar EXPRESSAMENTE essa circunstância, para a constatação da dispensa dos valores devidos pelos atos respectivos. Tal procedimento se dará de forma eletrônica através de recurso existente no sistema CRA/MG que procederá à geração do arquivo de retirada ou cancelamento por remessa indevida e disponibilizará para os tabelionatos.
- IV. O MUNICÍPIO, enquanto estiver em curso o procedimento do protesto, direcionará os devedores ao tabelionato competente, para o pagamento dos valores devidos, não podendo receber diretamente do devedor o pagamento do título.
- V. Enviar através de servidores autorizados via CRA/MG, autorização de cancelamento do protesto quando ocorrer o pagamento ou o parcelamento da dívida junto ao MUNICÍPIO.
- VI. Enviar ao IEPTB/MG a relação dos servidores municipais autorizados.
- VII. Encaminhar os devedores aos respectivos tabelionatos para providenciarem o cancelamento do protesto e arcarem com o pagamento dos emolumentos e demais despesas.
- VIII. O MUNICÍPIO disponibilizará as imagens das CDA's e das guias de recolhimento no link para acesso exclusivo dos cartórios de protesto, mediante criação de senha:
<http://dividaativaonline.siatu.pbh.gov.br/DividaAtivaOnline/cartorio.xhtml>



- IX. Ceder espaço físico, pontos de atendimento e pontos elétricos na Central de Atendimento Presencial do Modelo Integrado de Atendimento ao Cidadão - BH Resolve, que comporte a capacidade mínima para 3 (três) balcões de atendimento e respectiva área de espera, sem prejuízo da ampliação do espaço cedido caso ocorram remanejamentos internos ou aumento da demanda, e nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, para a instalação dos postos de atendimento avançado do IEPTB-MG.
- X. Instalar postos de atendimento avançado aos contribuintes na Central de Atendimento Presencial do Modelo Integrado de Atendimento ao Cidadão - BH Resolve, fornecendo todos os recursos para o aumento da capacidade de atendimento, caso seja necessário, e nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, com a finalidade de promover consultar, prestar orientações, emitir os documentos de recolhimento e arrecadação municipal e as guias com as custas e emolumentos cartoriais”.

6.2 Compete ao IEPTB-MG:

- I. Recepcionar os arquivos remessa do MUNICÍPIO contendo as CDA's a serem protestados e distribuídos ao Serviço Registral de Distribuição de Belo Horizonte;
- II. Instalar postos de atendimento avançado aos contribuintes na Central de Atendimento Presencial do Modelo Integrado de Atendimento ao Cidadão - BH Resolve e nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, com a finalidade de promover consultas, prestar orientações, emitir os documentos de recolhimento e arrecadação municipal e as guias com as custas e emolumentos cartoriais;
- III. Disponibilizar os colaboradores, custeio do painel de senhas, identidade visual, materiais didáticos e de consumo, bem como equipamentos eletrônicos, de telefonia, conexão com a internet e outros materiais e insumos relativos aos seus postos de atendimento avançado;
- IV. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo pagamento dos salários e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos aos funcionários dos postos de atendimento avançado, não gerando vínculo empregatício com o Município;
- V. Informar ao Município automaticamente quando houver inconsistência em arquivo de uma das comarcas, não processando somente este;
- VI. Contemplar todos os recursos disponíveis para a recuperação por parte do MUNICÍPIO, de qualquer arquivo ou informação dele constante, por um período máximo de 30 (trinta) dias, através do sistema operacionalizado pela CRA-IEPTB/MG;



- VII. Contemplar um plano de contingência para os casos de impossibilidade na transmissão dos arquivos via Web, promovendo a recepção dos arquivos via arquivos magnéticos. Ocorrendo essa hipótese, os pedidos de desistência de protestos poderão ser feitos por carta à CRA;
- VIII. Após a efetivação do protesto, não é permitido aos Tabelionatos receberem o pagamento do título, devendo os tabeliães encaminhar os devedores para a repartição competente indicada pelo MUNICÍPIO, para efetuarem o pagamento ou eventual parcelamento;
- IX. Após efetivação do protesto, é permitido aos tabelionatos de Protesto e Distribuição, promover consultas, prestar orientações, emitir os documentos de recolhimento e arrecadação municipal e as guias com as custas e emolumentos cartoriais;
- X. Sendo lavrado o protesto, o documento protestado e o respectivo instrumento de protesto ficarão no tabelionato por um período de 5 (cinco) anos, aguardando a solicitação para cancelamento. Após o decurso desse prazo, os documentos protestados e respectivos instrumentos serão enviados ao MUNICÍPIO.
- XI. Sujeitar às normas internas e legislações aplicáveis à Central de Atendimento Presencial do Modelo Integrado de Atendimento ao Cidadão - BH Resolve e às dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, as atividades dos postos de atendimento avançado, enquanto perdurar o Acordo de Cooperação.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2020

Leandro Santos Patrício
Presidente do IEPTB-MG
p.p Hermann Kraus

Castellar Modesto Guimarães Filho
Procurador-Geral do Município

Marius Keller Riani - BM 114.240-0
Procurador-Geral Adjunto